

# A esquerda e a revolta no Irão

24-Jun-2009

## Sectores

de esquerda, inspirados por acontecimentos recentes no Médio Oriente e na Europa de Leste, interpretaram os protestos no Irão como mais uma versão das recentemente inventadas revoluções com nomes de cores, neoliberais, apoiadas pelos EUA. Mas é esse o caso no Irão? Este artigo, escrito pelos tradutores e filósofos iranianos Morad Farhadpour e Omid Mehrgan, tenta clarificar essa questão.

## De

novo o povo: porque é que os protestos de massas no Irão são verdadeira política, que merece apoio

## Por

Morad Farhadpour e  
Omid Mehrgan  
[tradutores e  
filósofos com base em Teerão], publicado no blog Infinite  
thought

## Nas

passadas duas semanas, a maioria do povo em Teerão e noutras cidades do Irão (incluindo Shiraz, Ahwaz, Tabriz, Isfihan) esteve nas ruas, protestando contra o roubo das eleições presidenciais por um punhado de agentes ao mais alto nível do Estado. Não se tratou de uma falcaturia no habitual sentido no Ocidente, não foram acrescentados votos ou substituídas urnas, a eleição correu normalmente, os votos foram levantados e até contados, provavelmente, os resultados transmitidos ao Ministério do Interior, e foi aí que foram deitados fora e substituídos por números inteiramente fictícios. É por isso que as forças da oposição (Sazman-e-Mojahedin-e-Enghelab, o partido Mosharekat ...) juntamente com o povo chamaram aos factos um golpe de estado.

## A

opinião pública global e, principalmente, um conjunto dos intelectuais de esquerda, inspirados por acontecimentos recentes no Médio Oriente e na Europa de Leste, interpretaram essencialmente os protestos de massa no Irão como mais uma versão das bem conhecidas, recentemente inventadas, revoluções com nomes de cores, neoliberais, apoiadas pelos EUA, como a Geórgia e a Ucrânia. Mas foi esse o caso no Irão? Este artigo tenta clarificar essa questão, revelando a verdadeira essência política do actual movimento de massas, e demonstrar que esse movimento tem uma potencialidade de auto-transcendência, de ultrapassar as suas exigências actuais, de passar para lá da sua actual utopia. Para o fazer, examinaremos em primeiro lugar as tradições contemporâneas da política radical no Irão. Sem essas referências, o actual movimento, que merece verdadeiramente esse nome, não pode ser entendido correctamente.

O povo, conscientemente ou não, recorda com frequência a Revolução de 1979 e o Movimento Reformista de 1997. Muitas das suas palavras-de-ordem são adaptações das da Revolução de 1979. Os percursos das manifestações, os mesmos que os das manifestações contra o Xá, tiveram um significado simbólico. Mas isso não significa que as pessoas estejam a imitar a Revolução de 1979: existem muitas novas possibilidades e criatividades, muitas invenções temáticas e formais. Quanto ao Movimento Reformista de 1997 e ao seu desenlace (o esmagamento dos protestos estudantis em 1999), as afinidades são ainda mais óbvias. Khatami, juntamente com Mir Hussein Moussavi, é um dos mais significativos líderes e apoiantes do protesto. É como se o povo tentasse ressuscitar o 2 de Khordad (23 de Maio de 1997), reviver as esperanças e sonhos inacabados desses dias. Mas nos dias de hoje o protesto não se limita em absoluto a estudantes e intelectuais. Embora em 1997 Khatami tenha sido eleito com 20 milhões de votos dos mais variados sectores da nação, o movimento podia caracterizar-se pelas exigências da classe média, dos estudantes, das pessoas com instrução. Contudo, aparte disso, qual foi o verdadeiro significado da Frente do 2 de Khordad na política do Irão?

No 2 de Khordad, encontramos pela primeira vez desde a Revolução Iraniana uma dicotomia entre o Estado e o sistema total da República Islâmica do Irão, conhecido como o Nezam (sistema que se baseia no princípio da Velayat-e-Faghih, da autoridade suprema dos Mulás de mais alto posto). Esta dualidade deveu-se em parte ao facto de que o líder da oposição, Khatami, era ao mesmo tempo o chefe do Estado. Foi a única ocasião em que essa dualidade pôde revelar-se, dualidade que era, em certo sentido, a dualidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e o atraso cultural e político, entre a democracia secular e o fanatismo religioso. Antes e depois desse período, o Estado e o Nezam estiveram basicamente de acordo, como durante o regime do Xá. Uma das razões, senão a principal, por que as eleições no Irão assumem tanta importância para os movimentos democráticos, não obstante tendências que apelam ao seu boicote, está precisamente no significado desta dualidade real.

Do ponto de vista de uma perspectiva marxista clássica, para abrir o caminho ao desenvolvimento das forças produtivas, para cumprir a "missão civilizadora" do capitalismo, é necessária a emergência de um estado burguês, capaz de levar a cabo o processo de democratização e modernização. Enquanto o Estado estiver em completa concordância com o Nezam, este processo é conduzido ao fracasso.

Além disso, lidamos ainda com outra dualidade, aquela entre o capital e o estado, em que o primeiro representa os meios de desenvolvimento (incluindo todo o descontentamento claro e justamente apontado pela tradição marxista), e o último sendo o órgão da regressão e do anti-modernismo. Por isso, a oposição progressista e socialista no Irão enfrenta a dura e sem precedentes tarefa de lutar em duas frentes, contra o fanatismo religioso e as facções autoritárias de um Estado semi-democrático, e, ao mesmo tempo, contra o capitalismo global e a sua hegemonia, sustentada pela guerra permanente.

Num

certo sentido, a intelectualidade no Irão é muito semelhante à da Rússia e da Alemanha do século XIX. Somos um punhado de esquizofrênicos que está, precisamente ao mesmo tempo, contra e a favor do progresso, do desenvolvimento, do capitalismo, da administração estatal, e assim por diante. Noutras palavras, para nós, o dilema de Fausto, a sua tragédia, é formulado de modo tipicamente hamletiano.

Esta

atitude ambivalente (para a civilização ocidental) pode caracterizar-se pela dialéctica do estado e da política. Não estamos a lidar com a política pura, no sentido de Alain Badiou, nem com a política marxista clássica, exaurida nas lutas de classe, nem com a política democrática liberal dos direitos humanos, que foi, diga-se, o discurso dominante da oposição no Irão antes de Moussavi. As nossas supostamente radicais políticas incorporam cada um desses elementos, sem se reduzir a nenhum deles. Para usar a terminologia de Agamben, é uma política do povo contra o Povo, ou seja, do povo sem voz, submetido, contra o Povo construído oficialmente pelo Estado. O actual movimento materializa, em vários aspectos, essa política.

Mas

há uma questão que confundiu os intelectuais (de esquerda) do Ocidente, e levou às mais diversas incompreensões quanto ao Irão. Ela é decidir se Ahmadinejad é um homem de esquerda, anti-imperialista, anti-privatizações, anti-globalização. Há uma resposta vulgar que é positiva. O que justifica porque certos homens de esquerda ocidentais tendem a olhar para o actual movimento de massas de apoio a Mir Hussein Moussavi como a luta do liberalismo contra o anti-imperialismo, das privatizações e da democracia liberal contra os inimigos da hegemonia global da América.

O

objectivo principal deste artigo é expor, repudiar esta ilusão tão espalhada. No que toca a outro terreno fértil de confusões, o dos liberais ocidentais, mais ou menos islamofóbicos, que se inclinam para identificar Ahmadinejad com a Al-Qaeda, que se referem a Moussavi, devido à sua carreira de republicano islâmico nos anos 80, como outra versão de uma ideologia islâmica, anti-democrática, poderemos dizer que se deixaram apanhar por uma ilusão baseada em generalizações de um euro-centrismo fácil, e na falta de familiarização com o contexto histórico iraniano.

Tentemos

portanto responder a uma simples questão: o que está hoje em jogo? Para lá da tríade da Revolução Francesa, a tríade das políticas emancipatórias modernas, da liberdade, igualdade e fraternidade, pode defender-se que a espinha dorsal desta luta é a própria política, a sua vida e sobrevivência. O nosso governo tem o nome de República Islâmica do Irão. Neste momento, o movimento republicano, que sempre foi rebaixado pelos conservadores, está a ser aniquilado. É precisamente em torno deste tema que quaisquer políticas populares, desde os movimentos sociais de protesto e luta de classes à defesa dos direitos humanos, podem sobreviver.

Outra

abordagem comum, não

importa se radical, de simples apoio, ou conservadora, aos protestos das massas no Irão é a que se segue: trata-se de um movimento de jovens, semelhante, quanto muito, aos protestos estudantis de 1968. As novas gerações no Irão, munidas da Internet, socializada pelas redes sociais, cansadas da ideologia islâmica, despertaram, reclamando um modo de vida próprio, e tudo o mais.

De acordo com aquela atitude, que é perfilhada por um certo número de jornalistas, apenas se reúnem nas ruas os intelectuais da classe média, os estudantes, feministas, e outras pessoas com instrução nas grandes cidades, comunicando uns com os outros através da Internet.

O que é notável é que o discurso de Estado no Irão promove abertamente essa mesma atitude. A elite governante, com base numa retórica populista, tende a isolar um certo sector da nação e chamar-lhe o Povo. A televisão do estado, Seda-va-Sima, é o lugar principal onde esse Povo é representado, construído na verdade, principalmente através da táctica habitual de uma nação contra o maligno inimigo externo que é a causa de todos os males. Apresenta uma imagem integrada, unificada, pura, do Povo, em que todos se devotam ao Nezam, todos obedecem à lei, todos são religiosos, etc. Esta imagem do Povo é diariamente imposta às massas e inscrita no corpo da política.

Contra este Povo construído formalmente, tendo o Estado como a sua face formal, surgiu outro povo, de pessoas subalternas, emudecidas, reclamando o seu próprio lugar, a sua própria parte na cena política. A eleição de Junho de 2009 foi uma oportunidade decisiva para esse povo afirmar a sua existência, na figura de Moussavi, que desde o início insistiu na dignidade do povo como um verdadeiro direito político.

Mas porquê ele? Porque não, digamos, Karroubi, o outro candidato reformista? Terá Moussavi, hoje o líder do movimento de massas, aparecido em cena de forma puramente contingente? Ter-se-á tornado por mero acaso, por força das circunstâncias, quaisquer que tenham sido, a figura primeira, a encarnação da reforma-liberdade-democracia? A resposta é claramente negativa.

Para elucidar isto, temos de chamar a atenção para a tradição da qual ele emergiu e à qual repetidamente se referiu durante a sua campanha eleitoral. Como antes dissemos, essa tradição tem as suas raízes na Revolução de 1979 e foi revivida pelo Movimento do 2 de Khordad - enquanto as políticas de Karroubi se baseavam num processo sem conteúdo, em que diferentes grupos de identidade apresentariam os seus pedidos ao Estado todo-poderoso e actuariam como os seus apoiantes passivos, divididos e despolitizados. De facto, a campanha de Karroubi, com o seu apelo aos média ocidentais, usando a palavra "change" em inglês, e aproveitando-se de várias celebridades, correspondeu ao que poderia chamar-se um movimento ocidental liberal, amante dos direitos humanos, até mesmo um movimento pró-capitalista.

O

facto de milhões transcenderem a sua identidade e interesses imediatos para se reunirem sob a bandeira de políticas militantes universais, a sua dignidade, arriscando as suas vidas em defesa de Moussavi, deveria ser suficiente para eliminar todas as dúvidas ou enganosos pseudo-dogmas de esquerda.

Tradução de José Pedro Fernandes

{easycomments}